INTERNACIONALIZAÇÃO PERFORMATIVA: AUTOAVALIAÇÃO, QUALIDADE E RANKINGS EM UMA IES PRIVADA CONFESSIONAL

Afrânio de Sousa Barros – Universidade de Brasília - UnB. afraniobarros@gmail.com
Stela M. Meneghel - Universidade Regional Blumenau (FURB/SC) smeneghel@furb.br

1. Introdução

Desde o início do séc. XXI, a internacionalização da educação superior assumiu centralidade nos debates sobre qualidade. Morosini (2006) define a internacionalização como um esforço sistemático de tornar a educação superior mais respondente aos desafios da globalização da sociedade, da economia e do mercado de trabalho. Nessa linha, ela compreende diversos processos institucionais que vão além da mobilidade acadêmica e da assinatura de acordos entre universidades de diferentes países. Embora as instituições de educação superior (IES) tenham realizado, historicamente, diversas práticas de cooperação e intercâmbio, o modelo contemporâneo de internacionalização exige que ela ganhe dimensão de política institucional planejada e executada de forma sistemática.

Carvalho e Real (2020) apontam que ainda tem se buscado produzir um "consenso de qualidade" em torno das ações de internacionalização na política de avaliação da educação superior (ES). No entanto, ela é frequentemente associada à excelência, à circulação do conhecimento, à formação de recursos humanos e à inserção em redes acadêmicas internacionais. Em face desta abrangência, no contexto do Sinaes, ela integra o eixo do desenvolvimento institucional.

A associação entre avaliação da qualidade e indicadores, contudo, não é neutra. Quando a internacionalização é vinculada a rankings e classificações, pode assumir dimensão performativa, isto é, passa a orientar a instituição pela produção de evidências de qualidade, visibilidade externa e comparabilidade definidas por agentes externos. Por isso, não pode ser reduzida à mobilidade, à assinatura de acordos ou ao reconhecimento externo. Para Stallivieri (2017), trata-se de um processo que exige diagnóstico institucional, metas, planejamento, monitoramento e avaliação. Morosini, Dalla Corte e Mendes (2023) ampliam essa discussão ao destacar que a internacionalização pode orientar-se por uma lógica solidária, horizontal e intercultural; quando situada nessa direção, as ações de autoavaliação podem direcioná-la para uma prática formativa, na qual a qualidade é construída pelos atores acadêmicos em diálogo com a missão, os valores, a autocrítica e o entorno institucional. Do contrário, tende a prevalecer uma

lógica de performance, centrada em indicadores, rankings e parâmetros externos de reconhecimento.

Em universidades públicas com grande produção científica, a internacionalização é muito relevante porque, na maior parte dos *rankings*, as publicações no exterior e em língua estrangeira internacional têm grande peso. Em IES do setor privado, porém, em que os recursos para pesquisa tendem a ser menores, qual a importância da internacionalização? A leitura dos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), produzidos entre 2013 e 2021, que trazem a autorrepresentação das IES sobre como realizam atividades com qualidade, pode ser um caminho para responder a esta pergunta.

Diante do exposto, neste resumo[1] objetivamos analisar como a internacionalização é apresentada nos RAAI de uma IES privada e confessional, no período de 2013 a 2021.

2. Metodologia

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter analítico-documental, apoiada em Cellard (2012). Foram analisados os Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI) de uma IES privada e confessional da Região Sudeste, produzidos entre 2013 e 2021, período correspondente a três ciclos avaliativos do Sinaes: 2013–2015, 2016–2018 e 2019–2021, bem como o PDI.

A escolha da instituição considerou sua natureza privada e confessional, sua trajetória no campo da internacionalização e sua localização na Região Sudeste, região de maior concentração de IES no país. A unidade temática de análise foi a internacionalização, observada em ações de mobilidade, acordos, parcerias, eventos, recepção de estudantes estrangeiros, pós-graduação, disciplinas em língua estrangeira, internacionalização em casa, rankings e reconhecimento externo. Os dados foram organizados por ciclo avaliativo e analisados em quatro categorias: internacionalização operacional, institucionalizada, formativa e performativa. Essa organização permitiu examinar a relação entre autoavaliação, planejamento institucional e autorrepresentação pública da IES.

---

[1] Este resumo integra uma pesquisa mais ampla, intitulada “Autoavaliação institucional do Sinaes (2013–2021): do uso dos resultados aos efeitos na gestão das IES”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI nº 10/2023 – Chamada Universal).

3. Discussão dos dados

A análise dos documentos institucionais permite apreender que, entre 2013 e 2021, a internacionalização percorreu três movimentos principais: expansão operacional, reacomodação institucional e formalização política, acompanhados de maior associação entre internacionalização, qualidade e visibilidade. Os RAAI e o PDI não apenas registram ações — acordos, eventos, mobilidade, recepção de estudantes estrangeiros, pós-graduação, disciplinas em inglês, COIL, Aulas Espelho e redes interinstitucionais — , mas também expressam modos pelos quais a IES organiza, interpreta e comunica sua inserção internacional. Como assinala Sousa (2017), os documentos institucionais carregam representações, expectativas, valores e concepções que orientam a vida das IES. Assim, a internacionalização aparece simultaneamente como prática acadêmica e como evidência institucional, podendo aproximar-se da lógica performativa quando mobilizada como prova de qualidade, reconhecimento e distinção externa

No primeiro ciclo, entre 2013 e 2015, a internacionalização aparece como campo em expansão, fortemente associado à atuação do Departamento de Relações Externas, à mobilidade acadêmica, à assinatura de acordos e à participação em eventos especializados. O RAAI de 2013 já indicava que a internacionalização era uma "preocupação central", enquanto os relatórios seguintes registram aumento de acordos, mobilidade discente e participação em programas como o Ciência sem Fronteiras e o Programa de Licenciaturas Internacionais. Contudo, essa expansão ainda apresentava limites: baixa recepção de estudantes estrangeiros, barreiras linguísticas, concentração em alguns cursos e "tímido engajamento da comunidade acadêmica".

No segundo ciclo, de 2016 a 2018, observa-se uma reacomodação do processo. O fim do Ciência sem Fronteiras e a instabilidade política e econômica reduziram a mobilidade de saída, exigindo novas estratégias internas. Nesse período, os documentos registram a tradução de materiais institucionais, a produção de folder em inglês, reuniões com centros e diretorias de faculdades, ações voltadas à "internalização da internacionalização" e maior vinculação à pós-graduação stricto sensu, com a criação de Grupo de Trabalho e plano de internacionalização. Esse movimento indica que a internacionalização deixa de se apoiar apenas na mobilidade discente e passa a compor o planejamento institucional, em diálogo com Carvalho e Real (2020), para quem a internacionalização passou a

integrar a gestão da qualidade da pós-graduação, induzida por políticas avaliativas, exigências de excelência e inserção internacional.

No terceiro ciclo, entre 2019 e 2021, há maior formalização da política institucional. Os RAAI registram a elaboração da Diretriz da Política de Internacionalização, do Plano de Internacionalização, da Rede XXX-BR, da retomada da FAUBAI[2] e de ações vinculadas à pós-graduação, como disciplinas em língua inglesa, participação de docentes estrangeiros e mobilidade acadêmica internacional. Em 2021, a pandemia reconfigura o processo: a mobilidade presencial perde centralidade e a internacionalização em casa, o COIL, as Aulas Espelho e as atividades remotas passam a ganhar maior relevância.

Essa reconfiguração dialoga com Morosini, Dalla Corte e Mendes (2023), para quem a internacionalização pode ultrapassar a mobilidade física e assumir formas interculturais, curriculares e cooperativas. Contudo, os documentos também registram fragilidades persistentes: acordos sem ações efetivas, equipe reduzida, barreiras linguísticas, falta de recursos e dificuldades de alinhamento às exigências avaliativas da CAPES.

A notícia publicada na página da IES sobre sua inserção no QS World University Ranking acrescenta o plano da autorrepresentação pública, ao associar internacionalização à reputação acadêmica, redes internacionais, impacto digital, selo de excelência e reconhecimento externo. Essa comunicação evidencia a dimensão performativa da internacionalização, quando a inserção internacional passa a funcionar como prova pública de qualidade e distinção. Nesse ponto, a advertência de Sousa (2017) é central: a internacionalização deve ser meio, e não fim em si mesma, sob o risco de afastar-se de sua função formativa e institucional.

Em síntese, os documentos analisados indicam que a internacionalização, na IES pesquisada, não aparece como processo linear, homogêneo ou restrito à mobilidade acadêmica. Sua trajetória foi de progressiva institucionalização, entremeando tensões. De um lado, ações formativas e acadêmicas, como mobilidade, pesquisa, pós-graduação,

[2] A FAUBAI – Associação Brasileira de Educação Internacional, criada em 1988, reúne gestores e responsáveis por assuntos internacionais de mais de 200 IES brasileiras. Atua na internacionalização da educação superior, na capacitação de gestores, na promoção de eventos e na divulgação das potencialidades das IES brasileiras no país e no exterior.

disciplinas em inglês, COIL, Aulas Espelho e internacionalização em casa. De outro, elementos performativos, como rankings, selos, reputação e demonstração pública de excelência. A internacionalização aparece, portanto, como prática mediada por políticas públicas, exigências avaliativas, condições internas de gestão e estratégias de autorrepresentação institucional.

4. Considerações finais

Este texto analisou como a internacionalização foi apresentada nos documentos institucionais de uma IES privada confessional, entre 2013 e 2021, considerando sua articulação com a autoavaliação, o PDI e a autorrepresentação pública da qualidade. A análise permitiu apreender que a internacionalização não se desenvolveu de forma linear. Ao longo dos três ciclos avaliativos, ela se deslocou de uma fase mais operacional, centrada em acordos, mobilidade, eventos e delegações, para uma configuração mais institucionalizada, vinculada ao planejamento, à pós-graduação, à internacionalização em casa e à visibilidade externa.

No recorte temporal analisado, a internacionalização deixou de ser apenas uma ação setorial e passou a compor a agenda institucional. Contudo, os RAAI também revelam limites persistentes: baixo engajamento da comunidade acadêmica, barreiras linguísticas, equipe reduzida, falta de recursos, morosidade na tramitação de acordos, acordos sem ações efetivas e dificuldades de alinhamento às exigências da CAPES.

Esses achados mostram que a internacionalização, embora integrada ao planejamento e à autoavaliação, não se reduz à existência de convênios, mobilidade ou rankings. Seu alcance depende da capacidade institucional de avaliar resultados, reconhecer fragilidades e transformar dados em decisões. Quando esse processo se limita à apresentação de evidências de prestígio, a internacionalização tende a funcionar como recurso de autorrepresentação performativa. Quando articulada ao diagnóstico, à cooperação acadêmica, à interculturalidade e ao uso efetivo dos resultados da autoavaliação, pode assumir função formativa e contribuir para o desenvolvimento institucional.

Referências

CARVALHO, Eliane Souza de; REAL, Giselle Cristina Martins. Internacionalização e seus reflexos na gestão da qualidade da pós-graduação em Educação. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 54, p. 223-241, maio/ago. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v25i54.1389.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: Poupart, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

MOROSINI, Marilia Costa; DALLA CORTE, Marilene Gabriel; MENDES, Fernanda Ziani. **Internacionalização da educação superior na perspectiva da cooperação solidária e horizontal na região de fronteira Brasil e Uruguai**. *Em Aberto*, Brasília, v. 36, n. 116, p. 101-116, jan./abr. 2023.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da educação superior: um modelo em construção? In: Ristoff, Dilvo; Sevegnani, Palmira (org.). **Modelos institucionais de educação superior**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. [93-118]. (Coleção Educação Superior em Debate, v. 7) https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_superior/modelos_intitucionais_de_educacao_superior.pdf

Universidade Confessional**. Relatórios de Autoavaliação Institucional** 2013, 2014, 2015, 2016, 2017,2018, 2019, 2020, e 2021. Disponíveis em: [...]. Acesso em: 02 mai. 2026.

SOUSA, José Vieira de. Internacionalização da Educação Superior como indicador do Sinaes: de qual qualidade estamos falando? **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 343-354, set./dez. 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28979.

STALLIVIERI, Luciane. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 26, n. 50, p. 15-36, jan./jun. 2017.